

## **AÇÕES DA NOVA ATER PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANÁ 3: CARACTERIZAÇÃO E DEMANDAS**

Vinícius Mattia<sup>1</sup>  
Wilson João Zonin<sup>2</sup>  
Marcos Roberto Pires Gregolin<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O fortalecimento do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) de acordo com os princípios da nova Ater está em consonância com a garantia de um auxílio aos agricultores familiares proporcionando-lhes um aporte de conhecimento técnico e social baseado no desenvolvimento sustentável. O objetivo deste estudo foi o de caracterizar e descrever as iniciativas existentes na Bacia Hidrográfica do Paraná 3 (BP3) no que se refere a trabalhos que seguem os preceitos da nova Ater, além de elencar demandas. Para isso, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, questionários estruturados e entrevistas com roteiro estruturado de perguntas abertas com as entidades identificadas no universo de estudo. Concluiu-se que a agricultura familiar da região é beneficiada com diversas ações voltadas ao desenvolvimento sustentável no âmbito da Ater e as demandas elencadas evidenciaram a solicitação por continuidade, ampliação e qualidade dos serviços para que atendam da melhor maneira este público.

**Palavras-chave:** desenvolvimento rural sustentável, extensão, políticas públicas, questão agrária.

### **ACTIONS OF “NOVA ATER” TO FAMILY FARM IN PARANA 3 WATERSHED: CHARACTERIZATION AND DEMANDS**

### **ABSTRACT**

Strengthen the actuation of technical assistance and rural extension according to nova Ater's principles is a way of ensuring a support to family farmers giving them technical and social knowledge based on sustainable rural development. The aim of this research was characterized and describe about the existing initiatives in Parana 3 watershed (BP3) of actions that follow the precepts of nova Ater, besides identify demands. It was used bibliographic research, structured questionnaires and interviews

---

<sup>1</sup> Graduado em Agronomia (Unioeste). Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável (Unioeste). Professor Colaborador do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: vinicius\_mattia@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduado em Agronomia (UFSM). Mestrado em Extensão Rural (UFSM). Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR). Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). E-mail: wzonin@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Graduado em Comunicação Social (FADEP). Tecnólogo em Gestão de Cooperativas (UNICESUMAR). Graduando em Gestão do Agronegócio (UNICESUMAR). Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável (Unioeste). Doutorando em Extensão Rural (UFSM). E-mail: marcosgregolin@yahoo.com.br.

based on a script with descriptive questions with the entities identified on study universe. It could be concluded that the family farm of region is beneficiated with many actions focused on sustainable development on Ater scope and the demands evidenced the request to the continuation, enlargement and quality of services to serve the best to this public.

**Keywords:** sustainable rural development, extension, public polices, agrarian question.

## 1. INTRODUÇÃO

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no Brasil passaram por divergentes momentos históricos e formas de atuação. A agropecuária, como setor primário de produção de alimentos, tem nestes serviços uma base estrutural de capacitação, tecnologia, inovação, difusão de experiências e ciências relativas à tentativa de melhoria das condições produtivas e de qualidade dos cultivos.

Uma das maiores problemáticas no âmbito da Ater para a agricultura familiar está na garantia de um serviço público, gratuito e de qualidade, haja vista que a interligação com o governo faz com que a oscilação nas políticas públicas para este fim seja muito grande, resultando em períodos favoráveis precedidos por desfavoráveis e vice-versa (CAPORAL, 2006). Tal quadro não garante a manutenção da oferta e prejudica o desenvolvimento do trabalho nas unidades agrícolas familiares.

Apesar de algumas formas de extensão na agricultura, como o repasse de informações e as recomendações para agricultores, terem sido evidenciadas desde os anos 1800 a.C., o termo extensão só começou a ser utilizado como desenvolvimento educacional na Inglaterra durante a segunda metade do século 19 pelas universidades (JONES; GARFOTH, 1997).

No Brasil, a criação de alguns institutos e a publicação de alguns decretos já continham em seus estatutos e artigos algumas formas ou rudimentos de um serviço de extensão rural, prestado por agricultores profissionais (PEIXOTO, 2008).

De acordo com Peixoto (2008) o início dos serviços de Ater propriamente dito, ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 a partir da criação de Associações de Crédito e Assistência Rural (Acar) nos estados brasileiros coordenados por uma associação nacional sendo a primeira e servindo de modelo a Acar-MG. O conjunto de Acar formaram o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Siber).

Em termos legais, a Lei 4.504/1964 criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), os quais passaram a ter atribuições de prestação de assistência técnica, desenvolvimento rural, extensão rural e cooperativismo apoiados com recursos do Siber. Estes institutos foram substituídos em 1970 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que, detinha a responsabilidade pela coordenação da extensão rural, mas não conseguia executá-la a contento (PEIXOTO, 2008).

Com as dificuldades de coordenação enfrentadas pelo Incra, o Siber começou a ser estatizado em 1974 com a criação da Lei 6.126, que autorizou a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), uma entidade pública vinculada ao Ministério da Agricultura criada oficialmente em 1975 pelo Decreto nº 75.373. Nesse processo, as estruturas das Acar foram absorvidas pelos estados criando-se assim as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e transformando o Siber no Sibrater (ANATER, 2013).

A partir de 1985, a crise e o esgotamento público fizeram com que os recursos aportados pela Ater fossem drasticamente cortados e o ápice desta precarização se deu em 1990, com a extinção da Embrater (ANATER, 2013).

A ação governamental de Ater somente voltou a obter marcos regulatórios em 2003 e 2004, quando as atribuições foram repassadas ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foi, então, criado o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) e a Política Nacional de Ater (Pnater) em 2004. Em paralelo, revigorou-se a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), visando efetivar um projeto de desenvolvimento rural sustentável. Já em 2010, finalmente, foi sancionada a Lei 12.188 – Lei de Ater, que instituiu a Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (Pronater). Os serviços são exercidos pelo Sistema Brasileiro de Ater através das unidades estaduais, porém, com uma visão universalizada que passou a ser conhecida como “A Nova Ater” (ANATER, 2013).

Com seu principal embasamento nas lutas populares, a efervescência dos movimentos, a atuação de profissionais críticos e pelo compromisso do governo eleito, a nova Ater não teve sua construção isolada e nem por poucas pessoas. Antes, foi constituída por uma reflexão crítica, inspirada por Paulo Freire e vários outros pensadores (DAMBRÓS, 2015).

Acreditava-se que alguns elementos do cenário socioeconômico contribuíram para uma nova política de Ater pública, tais como o objetivo de não apenas aumentar a produtividade, mas também preservar o meio ambiente, a saúde pública e a qualidade dos alimentos, a concentração de esforços de governos em minimizar os problemas sociais, envolvendo, neste caso, a pobreza no campo, a priorização de setores menos favorecidos do meio rural em serviços públicos gratuitos, o acesso a políticas públicas, tendo a extensão rural como ferramenta fundamental, e a atenção especial a agricultores que não podem pagar por serviços de assistência técnica (CAPORAL, 2003).

A Lei 12.188/10 passou a definir a Ater como

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não-agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010, art. 2º, par. I).

Sua aplicação como política pública passou a consistir num cadastramento de entidades executoras públicas ou privadas, que atendam a requisitos como a legalidade documental, corpo técnico multidisciplinar, profissionais registrados nos órgãos competentes, os quais, dentre outros requisitos, visam a prestação de serviços de Ater a públicos beneficiários específicos, como de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, quilombolas, indígenas, silvicultores, aqüicultores ou pescadores (BRASIL, 2010).

Esse serviço deve ser desempenhado de acordo com os princípios regidos pela nova legislação, a saber: i) desenvolvimento rural sustentável com a utilização adequada de recursos naturais e preservação do meio ambiente; ii) gratuidade, qualidade e acessibilidade; iii) adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, construindo a cidadania e democratizando a gestão; iv) adoção de princípios da agricultura ecológica preferencialmente para desenvolver sistemas de produção sustentáveis; v) equidade

de gênero, geração, raça e etnia; vi) contribuição para a soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

Como já citado, esses princípios seguem a idealização de pensadores como Paulo Freire, que em 1983 já definia esta nova extensão, educativa e libertadora, como um processo de comunicação participativa, de troca de saberes, de diálogo, de compreensão, enfim, uma educação que buscasse a autonomia dos agricultores (FREIRE, 1983).

A extensão entendida através da educação, deve ser pensada a partir do uso da pedagogia, iniciando pelo diálogo, pela comunicação, por uma nova relação humana que possibilite ao povo a construção de uma consciência crítica do mundo em que vive e concedendo-lhes a educação para a liberdade (FREIRE, 2008).

Sen (2000) considera que para que se tenha um pleno desenvolvimento, é necessário que se elimine as privações de liberdade e que se oportunize às pessoas a oportunidade de exercerem suas condições de agente. A liberdade, segundo o autor, pode ser restringida pela pobreza econômica, carência de serviços públicos e assistência social, mas também da privação de participar da vida social de livre condição de agente das pessoas.

Os principais desafios da nova Ater são as macro orientações de políticas de desenvolvimento em âmbito governamental nacional, estadual e municipal, que podem ser um sério obstáculo para a continuidade do apoio público e do financiamento subsidiado, bem como, a necessidade de uma mudança institucional das entidades públicas estatais de Ater com vistas a horizontalizar e democratizar os processos de gestão e decisões com a participação dos beneficiários, considerando a necessidade de um “novo profissionalismo” para formar profissionais que tenham uma visão ampla da ecologia e não apenas para a difusão de pacotes tecnológicos e que além disso assumam novos conceitos, valores e comportamentos, ampliando a capacidade de ver as pessoas antes das coisas (CAPORAL, 2006). Além disso, a universalização dos serviços caracteriza-se como um desafio considerável em fazer com que esta política pública chegue a todos os agricultores familiares.

Mais do que técnicas de produção, a extensão rural permeia os sentidos sociais, de luta e desenvolvimento regional, principalmente para os agricultores alternativos aos sistemas convencionais. Segundo Abramovay (1998, p. 147) um escritório de extensão rural deve ser “uma agência de desenvolvimento voltada a despertar o conjunto de energias locais capazes de valorizar o campo como espaço propício na luta contra a exclusão social”. Logo, tal instituição não deve se comportar como um instrumento de assistência social e sim uma agência de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1998).

Rios e Pereira (2011) evidenciam que os serviços de Ater são essenciais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, principalmente para a promoção de práticas agroecológicas e que além disso envolve técnicas que vão desde o manejo produtivo até a educação no campo. Caporal (2003) ressalta que os aparatos públicos de extensão precisarão transformar sua prática convencional visando mudanças institucionais para atender as exigências da sociedade em relação ao desenvolvimento sustentável. A Ater promovida à agricultura familiar, contribui para o desenvolvimento sustentável em um quadro de geração de trabalho e renda aos agricultores com o aprimoramento dos resultados de suas atividades no campo (RIOS; PEREIRA, 2011).

O objetivo deste estudo foi evidenciar quais são as iniciativas existentes em trabalhos segundo os preceitos da nova Ater para os agricultores familiares e suas organizações econômicas solidárias na Bacia do Paraná 3 destacando a distribuição das entidades e agentes de Ater e elencando demandas.

## 2. MÉTODOS

A pesquisa foi definida como um estudo de caso voltado para a caracterização de uma realidade específica demonstrando suas especificidades. Assim, buscou-se investigar este fenômeno no contexto em que está inserido (YIN, 2001) e, a partir disso, identificar seus sintomas, evolução, resultados e consequências (VENTURA, 2007).

Aplicou-se a pesquisa exploratória procurando explicitar o problema do estudo, além de ser uma pesquisa participante na qual ocorre a interação entre o pesquisador e os investigados estando o primeiro inserido no contexto do estudo (GIL, 2002). Em paralelo, esta pesquisa pode ser enquadrada como pesquisa-ação, na qual um conjunto de procedimentos técnicos são adotados para o conhecimento da realidade ou um aspecto desta, de maneira coletiva (BALDISSERA, 2001).

O universo abrangido pelo estudo foi a BP3, no qual se realizou uma amostragem não probabilística, do tipo amostragem por acessibilidade ou conveniência. Neste modelo de definição, a amostra é selecionada na medida em que se apresenta acessível à pesquisa (OLIVEIRA, 2001) sem desconsiderar existência de outras entidades que se enquadram no tema de estudo.

A coleta sistemática dos dados foi dividida em dois momentos, no primeiro ocorreu a i) aplicação de questionário estruturado com representantes de entidades não governamentais de Ater atuantes na região (Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná - Biolabore e Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - Capa) onde foram solicitadas informações como: de número de agentes de Ater, municípios de atuação, número de agricultores assistidos, organizações de economia solidária assistidas, focos de atuação, dentre outros dados relevantes para o estudo.

O segundo momento tratou de ii) investigar entidades governamentais (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste e Universidade Federal de Integração Latino-Americana - Unila) e para tanto, foram realizadas entrevistas com seus representantes, tendo por base um roteiro preestabelecido de perguntas abertas, as quais elencaram as ações desenvolvidas pelas entidades neste âmbito. Além disso, a pesquisa bibliográfica auxiliou para a complementação dos dados e informações sobre o estudo proposto.

As demandas apresentadas pelas cooperativas de agricultura familiar foram elencadas em uma reunião realizada entre representantes de oito cooperativas da região, entidades de Ater e alguns parceiros envolvidos que prestam apoio neste âmbito.

Os dados foram sistematizados em quadros através de transcrição de entrevistas e, posteriormente realizou-se uma análise descritiva inferindo sobre os resultados da pesquisa e desenvolvendo a discussão.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos e coleta de dados da pesquisa, possibilitaram elencar algumas entidades que estão desenvolvendo serviços de Ater na BP3 de acordo com os princípios preconizados pela nova Ater. Esta atuação ocorre através de entidades executoras que são públicas e privadas, amparadas por recursos de âmbito governamental e beneficiando diferentes modalidades de agricultores com a visão do desenvolvimento rural sustentável.

As entidades identificadas pela pesquisa foram a Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (Biolabore), o Centro de Apoio e Promoção da

Agroecologia (Capa), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e algumas universidades como a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e a Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila).

Os tópicos a seguir, realizam uma caracterização dos serviços e das ações desenvolvidas por cada entidade, além de alguns apontamentos sobre a atuação na BP3.

### 3.1. COOPERATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARANÁ – BIOLABORE

A Biolabore foi fundada em 2005 por formandos das ciências agrárias que optaram por uma atuação diferenciada no mercado de trabalho, buscando serviços que satisfizessem suas necessidades financeiras, e que, mais do que isso, pudessem prestar seus conhecimentos para o desenvolvimento da agricultura. Desde seu início, firmou contratos e convênios para a atuação em iniciativas que visassem ao desenvolvimento rural sustentável. Em 2017, contava com uma equipe interdisciplinar e multidisciplinar com o objetivo de atender com qualidade as entidades e agricultores contratantes.

O quadro abaixo demonstra os trabalhos desenvolvidos pela Biolabore em 2017 e as características específicas de cada caso.

Quadro 1 - Caracterização da Ater desenvolvida pela Biolabore na BP3

<b>Entidade parceira:</b> Itaipu Binacional		Início: 2008		
<b>Modalidade:</b> Contrato		Final: março de 2018 (prorrogável mais 2 anos)		
<b>Nº de técnicos:</b> 20	<b>Formação</b>	<b>Municípios:</b> 17	<b>Beneficiários</b>	<b>Foco de atuação</b>
1 coordenador, 1 agroindústrias, 3 cooperativas, 2 apicultura/ meliponicultura, 13 campo.	Eng. Agrônomo, Tec. Alimentos, Tec. Agroecologia, Tec. Agropecuário, Zootecnista, Tec. Meio ambiente, Engenheiro Florestal	Medianeira, Matelândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Vera Cruz do Oeste e São Pedro do Iguaçu, Palotina, Terra Roxa e Guaíra, Altônia, Mundo Novo, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Diamante D'Oeste e São José das Palmeiras, Ouro Verde do Oeste	Agricultores familiares 504 Cooperativas 6 Associações 13 Agroindústrias 130	Olericultura, fruticultura, pecuária leiteira e de corte, grandes culturas, criação de aves, suínos, produtos agroindustrializa dos.
<b>Entidade parceira:</b> Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA			Início: Outubro 2014	
<b>Modalidade:</b> Contrato			Fim: Março de 2018	
<b>Nº de técnicos:</b> 09	<b>Formação</b>	<b>Municípios:</b> 20	<b>Beneficiários</b>	<b>Foco de atuação</b>
1 coordenador 1 assessor 7 campo	Eng. Agrônomo, Zootecnista, Tec. agroecologia	Foz do Iguaçu, Santa T. de Itaipu, Itaipulândia, Serranópolis do Iguaçu, Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Ramilândia, Missal, Santa Helena, Vera Cruz do Oeste, Diamante D'Oeste, Ouro Verde do Oeste, S. José das Palmeiras, Céu Azul, Toledo, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Cascavel, Sta Tereza do Oeste e Lindoeste.	700 agric. Familiares, aproximadam ente	Agroecologia para horticultura, fruticultura, pecuária de leite, etc.
<b>Entidade parceira:</b> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae		Início: agosto de 2017		
<b>Modalidade:</b> Contrato		Fim: dezembro de 2017 (possibilidade de renovação)		
<b>Nº de técnicos:</b> 12	<b>Formação</b>	<b>Municípios:</b> 16	<b>Beneficiários</b>	<b>Foco de atuação</b>
12 campo	Eng. Agrônomo, Tec. Agroecologia, Zootecnista, Med. Veterinário.	Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Santa Helena, Cascavel, São José das Palmeiras, Ramilândia, missal, Itaipulândia, Toledo, Santa Terezinha de Itaipu, são Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, medianeira, Foz do Iguaçu, Ouro Verde do Oeste, Céu Azul	54 agricultores familiares	Pecuária leiteira

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Uma das características em diferencial que a BP3 possui é o apoio da Itaipu Binacional em ações de desenvolvimento. A usina hidrelétrica inaugurada em 1984 teve uma grande alteração em sua atuação em 2003, quando mudou sua missão institucional e passou a trabalhar para o desenvolvimento sustentável da região e não apenas a visar apenas a produção de energia. Este trabalho foi iniciado a partir de uma ampla iniciativa socioambiental conhecida como Programa Cultivando Água Boa, o qual parte do reconhecimento da água como um recurso universal e um bem comum. Assim, através de seus programas, iniciou-se uma busca por prover várias ações de proteção de recursos e de disseminação de valores e saberes na BP3 (ITAIPU, 2005).

Como demonstra o quadro, nesse contrato a Ater é prestada por uma equipe heterogênea em sua formação e abrange não apenas o setor produtivo, mas também a assessoria no beneficiamento, disponibilizando um profissional específico para agroindústrias, além da assessoria para cooperativas e associações de agricultores familiares, com técnicos também específicos para o ramo.

Intyre (2006) relata que para que cooperativas de qualquer ramo prosperem é necessário que os envolvidos estejam em um processo de educação empreendedora cuja finalidade reside em permitir que a organização se torne competitiva, mas que que permaneça imersa na confiança e nos valores culturais locais, valorizando a transparência, a confiança e os valores democráticos. A assessoria para que esta educação ocorra deve ser inserida nas ações norteadoras da Ater, que baseada em seus novos preceitos, ensina trazendo autonomia e liberdade aos envolvidos.

Da mesma forma, o apoio às agroindústrias se sustenta no fato de que estas surgem como uma alternativa para a busca de novos mercados, e permitam a utilização da diversidade de produtos (NICHELE; WAQUIL, 2011), a modernização do setor, maiores arrecadações e nível de emprego, e também que garantam maior qualidade de vida no campo (AZEVEDO; COLOGNESE; SHIKIDA, 2000).

Além do contrato com a Itaipu Binacional, a Biolabore conta com um contrato com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (recentemente extinto e realocado como Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – Sead) com vistas ao desenvolvimento de Ater em agroecologia. Também há um contrato com o Sebrae para o desenvolvimento de atividades de Ater através de um programa para produtores de leite, visando à sustentabilidade e o aprimoramento na qualidade da atividade.

Através de ações individuais e atividades coletivas, a Biolabore realiza diversas iniciativas (figura 1) que promovem o desenvolvimento sustentável e estão diretamente ligadas à ação extensionista para o público beneficiário que é a agricultura familiar.

## Biolabore estimula alimentação orgânica para a merenda escolar no Oeste do Paraná



Uma reunião técnica no início do mês de outubro em Palotina, com apoio da Secretaria de Educação e Cultura de Palotina, Associação dos Produtores Orgânicos de Palotina (Apop) e Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), teve como principal destaque a diversificação e compra da agricultura familiar para a merenda escolar.

## Mais de 600 mulheres da região participam de Seminário da Mulher do Campo em Santa Helena



Um dia de conhecimento. De socialização. Mais de 600 mulheres atendidas pela Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (Biolabore), participaram do II Seminário Regional de Valorização da Mulher do Campo nesta terça-feira (03), em Santa Helena. O número de participantes superou as expectativas que a organização tinha até a última semana, que previa uma participação de 500 pessoas. A segunda edição reuniu mais que o dobro da primeira edição, no ano passado, quando mais de 300 pessoas de 20 municípios participaram do evento.

## Biolabore auxilia em orientação a produtores de Cascavel pelo Programa Alimento Saudável



Durante os meses de janeiro a junho, representantes da Secretaria de Agricultura de Cascavel e da Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (Biolabore), visitaram propriedades e coletaram produtos comercializados na feira dos produtores do município. Nas visitas também foram feitas orientações aos produtores. Na última semana um curso abordou as práticas e a importância para produzir alimentos com qualidade, desde higienização de utensílios, higiene pessoal e apresentação de produtos na feira.

## Curso possibilita a produtores rurais do Oeste do Paraná utilizarem homeopatia em suas propriedades



A homeopatia como alternativa para o modelo tradicional de combate à pragas e doenças é uma prática com resultados positivos, segundo o técnico da Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (Biolabore), Juliano Casagrande. O tema é conteúdo de um curso de três módulos, em andamento no município de Palotina. O primeiro encontro ocorreu em 05 de maio, outra etapa será realizada dia 30 e o encerramento está previsto para o mês de junho.

Figura 1 - Matérias online que demonstram o trabalho da Biolabore na BP3 e Oeste do Paraná.  
Fonte: <http://www.biolabore.org/>

Ademais, as características da atuação da Biolabore corroboram com os demais princípios da nova Ater, trabalhando sempre com a visão da redução do uso de agroquímicos através do emprego de soluções alternativas (como caldas, adubos orgânicos e homeopatia), o desenvolvimento rural sustentável, promovendo a integração dos agricultores familiares, a equidade de gênero, valorizando a mulher do campo e incentivando seu empoderamento, o apoio à soberania alimentar e nutricional, contribuindo para o acesso dos agricultores a programas institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e garantindo a qualidade superior nos alimentos produzidos e comercializados.

### 3.2. CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA – CAPA

O Capa é uma organização não-governamental (ONG) criada em 1978 pela parceria da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) com a Organização Protestante para a Diaconia e o Desenvolvimento, ambas com sede em Berlim, na Alemanha. Inserido primeiramente no Rio Grande do Sul, buscou sempre contribuir com a prática social e de serviço junto a agricultores familiares e outros públicos da área rural com uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável (CAPA, 2017). Na BP3, o Capa possui um núcleo em Marechal Cândido Rondon, que foi constituído em 1997 e teve como base e estímulo o envolvimento da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) nas questões sociais da região Oeste do Paraná (CAPA, 2017).

O quadro abaixo, demonstra resumidamente a caracterização da atuação do Capa na BP3.

**Quadro 2 - Caracterização da ATER desenvolvida pelo Capa na BP3**

Entidade parceira: Itaipu Binacional		Modalidade: Convênio		
Nº de técnicos: 15	Formação	Municípios: 15	Beneficiários	Foco de atuação
15 campo	Auxiliar Técnico de Produção Agropecuária; Téc. agropecuária; Eng. Agrônomos; Sociólogo.	Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Maripá, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes, Toledo, Diamante do Oeste, Vera Cruz do Oeste, Ramilândia, Missal, São Miguel do Iguçu, Santa Terezinha de Itaipu, Foz do Iguçu, Santa Tereza do Oeste e Cascavel	Aproximadamente 700 agricultores familiares.	Agroecologia; Hortifrutí, grãos e animais. Agroindustrialização; organização comunitária; certificação participativa; comercialização
Entidade parceira: PPM (Pão para o Mundo) = Cooperação Internacional		Modalidade: Termo de cooperação		
Nº de técnicos: 05	Formação	Municípios: 15	Beneficiários	Foco de atuação
05 campo	Téc. agropecuária; Eng. Agrônomos, Sociólogo.	Foz do Iguçu, Santa T. de Itaipu, Itaipulândia, Serranópolis do Iguçu, Medianeira, São Miguel do Iguçu, Ramilândia, Missal, Santa Helena, Vera Cruz do Oeste, Diamante D'Oeste, Ouro Verde do Oeste, S. José das Palmeiras, Céu Azul, Toledo, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Cascavel, Sta Tereza do Oeste e Lindoeste.	Aproximadamente 220 agricultores familiares	Agroecologia; Hortifrutí, grãos e animais. Agroindustrialização; organização comunitária; certificação participativa; comercialização

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Da mesma forma que a Biolabore, o Capa conta com a Itaipu Binacional como uma das principais entidades de fomento para os serviços de Ater na região. Este aporte de recursos também se dá através do programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, que faz parte do programa Cultivando Água Boa. A atuação do Capa é bastante abrangente neste convênio, já que lida com pelo menos três públicos de agricultores diferentes: a agricultura familiar, os assentados da reforma agrária de seis assentamentos e três comunidades indígenas, todos voltados, principalmente,

para o foco da assistência técnica para a agroecologia. Dessa forma, os técnicos prestam assessoria àqueles agricultores que se enquadrem na realidade de uma produção sustentável e que utilizem práticas alternativas de manejo em seus cultivos ou criações, visando o cuidado com o meio ambiente.

A atuação dos técnicos do Capa perpassa a cadeia produtiva deste público beneficiário como um todo, abrangendo desde a obtenção de insumos para os cultivos, até a produção propriamente dita, ainda aspectos como o fomento à agroindustrialização, o apoio à comercialização, a assessoria para certificação agroecológica, o acesso ao crédito e o aporte socioambiental para as famílias e propriedades. Tudo isso em busca de proporcionar um desenvolvimento sustentável e um incremento da qualidade de vida no campo.

Além da Itaipu Binacional, o Capa recebe recursos de cooperação internacional através do Pão Para o Mundo – Serviço Protestante para o Desenvolvimento da organização de ajuda das Igrejas protestantes regionais e livres na Alemanha. Trata-se de uma iniciativa para desenvolver esforços voltados a fazer com que todas as pessoas tenham sempre alimentos suficientes (BROT FÜR DIE WELT, 2017), colaborando para a garantia da segurança alimentar e nutricional, que é um princípio da nova Ater.

O trabalho desenvolvido pelo Capa também conta com a parceria mútua entre várias entidades. É o caso da Associação Central de Produtores Rurais Agroecológicos (Acempre), sediada no município de Marechal Cândido Rondon e que recebe assessoria dos profissionais do Capa para sua gestão, organização e integração entre os agricultores associados. Outro exemplo é a parceria com a Unioeste, por meio da qual busca-se o desenvolvimento de trabalhos na estação experimental de Entre Rios do Oeste, onde se pretende implantar uma vitrine de agroecologia, além de outras ações como eventos e feiras na universidade. Ademais, o Capa ainda coordenou a estruturação e é a principal entidade de assessoria ao núcleo Oeste do Paraná da Rede Ecovida de Agroecologia.

Assim como na região Oeste do Paraná, em especial na BP3, outras áreas do Sul do País são abrangidas pelo Capa em seus demais núcleos, como é o caso do município de Verê no Paraná, da região Oeste Catarinense e do Rio Grande do Sul, atendendo aos municípios de Erechim, Pelotas e Santa Cruz. Em alguns destes municípios, Betta (2015) e Barbosa (2015) relataram o trabalho dessa entidade e sua importância para a agricultura familiar local no contexto de uma Ater voltada ao desenvolvimento rural sustentável.

A multidisciplinariedade da equipe, a forma de atuação voltada à responsabilidade socioambiental, o público beneficiário da Ater, o fomento ao desenvolvimento sustentável e demais outros aspectos fazem do Capa uma das entidades que praticam e trabalham no formato e com preceitos da nova Ater.

### 3.3. INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER

A Emater foi criada em 1977 passando a assumir as atividades da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa) e se construindo como uma empresa pública e de direito privado, com a visão de trabalhar na difusão de tecnologia para o meio rural com atenção às comunidades mais pobres, aos efeitos no meio ambiente e aos impactos das mudanças climáticas nos pequenos municípios (EMATER, 2017).

Baseia sua atuação na Lei 17.447/2012, a qual instituiu a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Peater-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (Proater-PR). Assim como a Lei federal,

preconiza o trabalho voltado ao desenvolvimento rural sustentável, à redução de desigualdades, para a segurança e soberania alimentar e nutricional, bem como à equidade de gênero, à gratuidade, às metodologias participativas e à agricultura de base ecológica (PARANÁ, 2012). Além disso, um diferencial estabelecido pela nova legislação é de que a Emater incorpore a responsabilidade não apenas de executar os serviços de Ater, mas também de apoiar e promover a articulação harmônica dos atores em prol do desenvolvimento do Estado, ou seja, a concepção de uma agência de desenvolvimento (EMATER, 2017).

Tanto a nível de Estado quanto em sua atuação na BP3, a Emater tem desenvolvido ações baseadas em programas ou projetos estabelecidos pelo instituto, geralmente junto a demais parceiros.

Na BP3, mais especificamente, a Emater tem desenvolvido um trabalho na preservação do meio ambiente e matas ciliares. No início, tratava-se de uma iniciativa do Estado que, posteriormente, foi assumida por uma parceria entre Emater, Itaipu Binacional e prefeituras, na qual a primeira desempenha o papel da prestação de serviços, desenvolvimento de projetos e acompanhamento das ações, a segunda garante o aporte de recursos e gestão e a terceira atua com contrapartidas disponíveis em cada caso. Essa iniciativa envolve várias ações, como a adequação de estradas, a recomposição de matas ciliares, a recuperação de solos, a eliminação de passivos ambientais, dentre outras. Ainda considerará alterações visando adotar uma metodologia mais participativa, em que uma consulta pública formal com a comunidade permita elencar indicadores existentes em cada situação específica e assim, aprimorar ainda mais o serviço prestado.

Um programa desenvolvido para a agricultura no Estado, executado pela Emater também na BP3 foi o Pró-Solo. Instituído pelo decreto nº 4.966/2016, o Programa Integrado de Conservação do Solo e Água do Paraná (Pró-Solo) objetiva a sensibilização do produtor, a formação de especialistas e a capacitação permanente sobre estratégias de conservação do solo agrícola, além da transferência e difusão de tecnologias, práticas e estratégias de conservação do solo, da interação entre órgãos públicos em cooperação para controle da erosão do solo, do incremento da atividade econômica e da produtividade em equilíbrio com a conservação dos recursos naturais (PARANÁ, 2016). Por meio desse programa, os agricultores que desejam, por adesão voluntária, podem apresentar um projeto técnico de conservação de solo e água de sua propriedade à Emater, que o encaminha à Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e auxilia para a execução conforme o cronograma, servindo especialmente para aqueles proprietários que foram notificados pelo descumprimento de alguma legislação de conservação do solo (PARANÁ, 2016).

Outra iniciativa em que a Emater, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e juntamente com vários outros parceiros desenvolve é a Campanha Plante Seu Futuro. Lançada em 2013, a qual tem como proposta ações permanentes de divulgação e capacitação de boas práticas agrícolas no campo que proporcionem incremento da rentabilidade com preservação ambiental (EMATER, 2017). A atuação envolve várias técnicas da produção de alimentos, porém determina como principais frentes o manejo integrado de solos e água, a sanidade agropecuária, o manejo integrado de culturas (pragas, doenças e plantas daninhas) e o manejo e controle de formigas cortadeiras. Um exemplo de atividade da campanha é a parceria da Emater com a Unioeste de Marechal Cândido Rondon, na qual cinco agricultores disponibilizaram suas propriedades para que vinte alunos do curso de agronomia, juntamente com os técnicos da Emater, realizassem o monitoramento de pragas e doenças adotando o manejo integrado na cultura da soja, visando racionalizar o uso de agrotóxicos no tratamento das plantações (EMATER, 2016). Semanalmente, boletins informativos das regiões são disponibilizados com detalhamento sobre o

clima, culturas, ataque de pragas e doenças nas unidades demonstrativas abrangidas pela campanha, além de serem desenvolvidos treinamentos e capacitações com agricultores.

No mesmo sentido, o Projeto Grãos, estabelecido desde o início dos anos 2000, trouxe consigo o objetivo de gerar um modelo de sistema de produção de grãos para as pequenas e médias propriedades que buscasse a sustentabilidade em todos os sentidos (ADEGAS; HARGER, 2007).

Em uma iniciativa voltada ao fomento de agroindústrias para agricultura familiar, foi criado em 2000 pelo governo do Estado do Paraná o Programa Fábrica do Agricultor, que tinha como objetivo a agregação de valor aos produtos da agricultura familiar através da implementação de pequenas e médias agroindústrias, gerando emprego e renda, inserindo os agricultores no mercado com premissas na sustentabilidade (PEZENTI; BERTOLINI, 2011). Apesar da abrangência Estadual, o programa se desenvolveu de forma mais incisiva nas regiões Sudoeste e Oeste, aspecto que pode ser evidenciado em pesquisas como as de Amorim e Staduto (2008) e Pezenti e Bertolini (2011) que demonstram resultados muito positivos na regional da Emater de Cascavel, abrangendo assim municípios inseridos na BP3, além de Macagnan et al. (2009) que demonstraram os benefícios para o município de Francisco Beltrão.

Com vistas ao apoio à qualificação da gestão das organizações da agricultura familiar, a Emater também desenvolveu trabalhos em cooperativas de agricultura familiar na BP3 através do Programa Mais Gestão. Por se tratar de um programa de âmbito federal, a Emater foi uma das executoras na região, o que se deu através de chamada pública, em 2012 e 2013, e desempenhou as atividades nos anos de 2014 a 2016, principalmente com o objetivo de qualificar as cooperativas e garantir o acesso aos mercados, envolvendo o auxílio para a coordenação de seus recursos, processos e estruturas, para a finalidade política, social e econômica (SEAD, 2017). Mesmo com a finalização do programa, algumas ações ainda são desenvolvidas para as cooperativas de modo informal através da Emater.

Por fim, considerando estas e demais ações desempenhadas pela Emater na BP3, pode-se inferir que a entidade pratica o desenvolvimento local da agricultura familiar e se enquadra, de certa forma, nos princípios citados pela nova Ater. Além disso, através da pesquisa-ação, e durante o desenvolvimento do estudo, notou-se que o desempenho da Emater para este foco na agricultura familiar e sustentabilidade é dependente da forma de atuação e visão de cada profissional do instituto, ao passo que na BP3, um número expressivo dos técnicos está voltado para a promoção da agroecologia, desenvolvimento rural sustentável e às propriedades familiares. Provavelmente, isso se deva à própria estrutura fundiária, que sempre contou com pequenas propriedades, mas também, ao envolvimento de várias entidades, como a própria Itaipu Binacional e as universidades em dialogar e atuar sobre estes temas.

### 3.4. UNIVERSIDADES

Durante o estudo foi possível evidenciar que algumas universidades também se enquadram como atores no processo das ações de Ater na BP3. É o caso da Unioeste, principalmente em seus *campi* de Marechal Cândido Rondon, Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu e da Unila, de Foz do Iguaçu. Essas entidades se envolvem, principalmente por meio de projetos de extensão universitária, no desenvolvimento rural sustentável da região e promovem ações que auxiliam os agricultores e a sociedade em geral.

Destacam-se nas universidades alguns cursos específicos que estão voltados para estas demandas, como é o caso dos cursos de Agronomia, Zootecnia e

a Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, todos do Centro de Ciências Agrárias e também os cursos de História e Geografia do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras da Unioeste em Marechal Cândido Rondon. Na Unila, principalmente, o curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar destaca-se neste âmbito.

Algumas iniciativas podem ser citadas como exemplos neste trabalho desenvolvido pelas universidades em prol da agricultura através da extensão, a saber, o Núcleo de Estudos de Produção Agroecológica de Leite (Nepal) da Unioeste de Marechal Cândido Rondon que, através de seu projeto, atua na região Oeste do Paraná e com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), MDA e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI) presta, desde 2014, assistência técnica a produtores de leite que apresentam potencial para a produção agroecológica em assentamentos da reforma agrária nos municípios de Diamante D'Oeste, Ramilândia e São Miguel do Iguacu, totalizando sessenta e sete produtores que além de recomendações para a produção mais sustentável, recebem análises da qualidade do leite periodicamente (NEPAL, 2015).

Além do Nepal da Unioeste, é relevante, também, o Laboratório de Geografia de Lutas do Campo e da Cidade (Geolutas), fundado em 2007 na Unioeste em Marechal Cândido Rondon, vinculado ao curso de Geografia, que tem o objetivo de realizar pesquisas que se dedicam à compreensão da subordinação, lutas e resistências construídas pelos diferentes sujeitos e classes organizadas nos movimentos sociais, sindicatos, associações, entidades e um conjunto de ações e manifestações verificadas no espaço urbano e rural. Mais do que isso, desenvolve ações de extensão rural, principalmente, em acampamentos e assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas, quilombolas e faxinalenses (GEOLUTAS, 2007).

O projeto de extensão Capacitação em Inclusão Digital para Cooperativas de Economia Solidária do Oeste do Paraná, com recursos do Ministério das Comunicações através do programa “Redes Digitais”, juntamente com a Fundação Araucária, que realizou durante os anos 2015 e 2016 cursos de capacitação em informática de uma maneira inovadora para agentes da agricultura familiar, com tecnologias de informação e comunicação que os auxiliasse no dia-a-dia de suas atividades nas propriedades e nas cooperativas e associações (CORBARI et al., 2017).

O projeto de extensão “ações socioambientais em defesa dos direitos dos povos indígenas” do curso de Ciências Sociais da Unioeste, *campus* de Toledo também é um exemplo na extensão universitária que trabalha principalmente na discussão com lideranças das comunidades indígenas e na troca de informações e saberes sobre os direitos indígenas e reivindicações desses povos (KAVA; NIEDERMAYER, 2014).

Outra iniciativa relevante é a inserção de feiras agroecológicas nos *campi* da Unioeste em Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguacu e no *campus* da Unila em Foz do Iguacu. As feiras ocorrem uma vez por semana e tem o objetivo de fomentar a venda de produtos artesanais, orgânicos e agroecológicos, de ser um espaço cultural e de trazer os agricultores para um novo canal de comercialização, baseado em cadeias curtas que valorizem sua produção.

A disposição de uma área experimental pela Unioeste, em Entre Rios do Oeste, tinha o propósito de levar o local a ser uma vitrine para a produção agroecológica e também permite a interligação da pesquisa aplicada nas universidades com a aplicação de seus resultados nas propriedades dos agricultores através da extensão.

Além dos exemplos citados, várias outras iniciativas das universidades aproximam a Ater da agricultura na BP3. A promoção de eventos, seminários, reuniões técnicas, dias de campo, dentre outras, são ações de difusão de conhecimentos e troca de saberes que a extensão universitária fornece à sociedade e, em especial, aos agricultores familiares. Todas essas características também estão ligadas aos preceitos da nova Ater.

O Seminário de Extensão da Unioeste – SEU, que acontece desde 2000, é um exemplo de evento que reúne as iniciativas de extensão universitária por meio da apresentação de trabalhos e relatos de como a Unioeste desempenha serviços a favor da comunidade, incluindo as áreas rurais da agricultura familiar e comunidades tradicionais. Outro exemplo é o curso de homeopatia desenvolvido pela Unioeste em parceria com demais entidades e que trouxe para a universidade, além de profissionais técnicos na área, agricultores familiares e assentados da reforma agrária para a capacitação neste segmento.

A extensão universitária, conforme o pensamento freiriano, está presente nessa instituição atrelada ao serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático, baseada no diálogo e no respeito à cultura local, assim como no conceito de extensão das universidades públicas brasileiras (SERRANO, 2013). As atividades de extensão, em uma visão atual e futura, devem ter como objetivo prioritário o apoio solidário na resolução de problemas de grupos excluídos e/ou discriminados, dando-lhes a voz (SANTOS, 2011).

### 3.5. DISCUSSÃO ACERCA DAS DEMANDAS DE ATER NA BP3

Com o objetivo de elencar demandas e identificar oportunidades para a Ater na BP3, foi desenvolvida uma reunião que contou com vários atores envolvidos neste segmento. Estavam presentes representantes da agricultura familiar e em especial das cooperativas de comercialização desses agricultores, técnicos de Ater e suas respectivas entidades e coordenadores, membros da Itaipu Binacional, Fundação Parque Tecnológico de Itaipu, Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e também das universidades Unioeste e Unila.

Na ocasião, foram levantadas demandas pelos representantes da agricultura familiar e cooperativas, as quais foram discutidas e as entidades parceiras citaram oportunidades para auxiliar no atendimento. Os dados foram sistematizados e estão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 3 - Demandas e oportunidades elencadas pelos atores de Ater da BP3

Demandas	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção da Ater para produção orgânica, agroecológica e convencional existente</li> <li>• Ampliação da Ater para os agricultores</li> <li>• Acompanhamento técnico na área de comercialização</li> <li>• Ampliação na Ater para as agroindústrias</li> <li>• Ater para área contábil</li> <li>• Ampliação na Ater para produção animal</li> <li>• Formação para gestão nas diferentes áreas das cooperativas</li> <li>• Fortalecimento dos negócios em rede</li> <li>• Estreitar relações entre os técnicos e agentes de Ater</li> <li>• Garantir qualidade na atuação da Ater</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura dos Restaurantes Universitários com demandas institucionais de alimentos</li> <li>• Possibilidade de instalação de Restaurante Popular com demanda institucional</li> <li>• Curso de capacitação sobre custo de produção pelas universidades</li> <li>• Apoio para formações em comercialização com técnicos capacitados na área</li> <li>• Trabalho de conscientização para cooperação com técnicos capacitados na área</li> <li>• Projeto para auxílio e estruturação de redes pela união das cooperativas</li> <li>• Curso de formação para dirigentes ministrado por técnicos capacitados na área</li> <li>• Universitários disponíveis para assessorias nas áreas de comunicação, jurídica, contábil</li> <li>• Articulação com o exército para compra direta das cooperativas</li> <li>• Abertura para conversas específicas de avaliação e ajuste da Ater</li> </ul>

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Pode-se notar, a partir das demandas citadas pelos agricultores, que as principais considerações giram em torno do pedido de que se mantenha a Ater existente, desempenhada pelas entidades citadas neste artigo, além disso, que se busque, cada vez mais, a ampliação da disponibilidade do serviço público e gratuito, ainda que se tenha uma diversificação nas áreas abrangidas pelos técnicos, em especial no apoio à comercialização dos produtos, e por fim que os serviços desenvolvidos sejam realizados com qualidade.

Por outro lado, as oportunidades existentes demonstram o avanço nas parcerias e a disponibilidade das universidades, a capacidade de ampliação das demandas institucionais por produtos da agricultura familiar, a capacitação para agricultores em diferentes áreas do conhecimento, em especial, a possibilidade de serviços de extensão rural nas áreas de gestão, administração e contabilidade, demandando uma diversificação dos quadros de profissionais das entidades com vistas à multidisciplinaridade, e ainda a metodologia participativa de atuação e avaliação da Ater.

Os dados demonstram a similaridade da situação do caso em estudo com os princípios da nova Ater, evidenciando que a política construída de maneira participativa, enquanto aplicada e mantida, atende, de certa forma, as necessidades da agricultura familiar. Aproximam-se dessa relação as demandas e oportunidades por interdisciplinaridade, a garantia da gratuidade e qualidade, a adoção de metodologias participativas, a garantia da soberania alimentar e nutricional, dentre outras.

Diniz e Hespanhol (2018) ressaltaram a importância da criação de um novo foco para o serviço extensionista após a crise da Ater no Brasil, evidenciaram o avanço a partir da construção de relações mais humanistas entre extensionistas e agricultores e o aumento nos investimentos realizados pelo governo para tal fim, mas destacaram problemas estruturais, de distribuição desigual do recurso entre as regiões do país e mudanças no contexto político-econômico os quais tem dificultado a transição da

prática extensionista para a incorporação de metodologias participativas, agroecologia, atendimento a grupos sociais específicos, como prevê a legislação.

Primo Junior et al. (2015), ao realizarem um estudo sobre a Ater na Bahia, evidenciaram que alguns elementos para o bom funcionamento dos serviços são a ampliação das chamadas públicas, o fortalecimento da rede de entidades prestadoras de serviços de Ater e o ordenamento dos serviços através de planos municipais ou territoriais. Além disso, a construção e o controle participativo para qualificação e a ampliação do acesso de agricultores familiares a outras políticas públicas (de crédito, comercialização, infraestrutura, saúde, educação) são fundamentais para os resultados da nova Ater e a emancipação social dos agricultores.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo evidenciaram que a agricultura familiar na BP3 conta com várias iniciativas que auxiliam a nova Ater, beneficiando as propriedades e as famílias do campo. Uma consideração destacável é o apoio da Itaipu Binacional no fomento a estas atividades.

A forma de atuação revelou aproximação com o atendimento aos princípios do desenvolvimento rural sustentável com ações focadas na diversificação, no cultivo alternativo, no cuidado com o ambiente e com as pessoas; a gratuidade por existirem entidades financiadoras para esses serviços prestados; a adoção de metodologia participativa, considerando a opinião dos envolvidos para a tomada de decisões; o enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural com equipes técnicas e públicos beneficiários heterogêneos; a adoção de princípios da agricultura ecológica; e a contribuição para a soberania alimentar e nutricional pelo envolvimento em programas de alimentação e destinação de produtos saudáveis à localidade, enquadrando-se nos preceitos regidos pela nova Ater.

Cabe destacar que, mesmo este trabalho tendo evidenciado algumas entidades que desenvolvem ações no âmbito da Ater para a agricultura familiar na BP3, outras iniciativas também podem existir, como é o caso do programa de sustentabilidade do Banco do Brasil, que incentiva ações de desenvolvimento sustentável, da Cresol, que também oferece serviços de assistência técnica para seus associados e de demais entidades que estão em consonância com a agricultura familiar.

As demandas elencadas expuseram a preocupação dos agricultores familiares e suas organizações com a continuidade, a ampliação e a garantia da qualidade dos serviços de Ater que beneficiam esta modalidade produtiva.

Esse estudo proporcionou uma visão da situação atual no caso em questão, sugerindo estudos constantes com vistas a avaliar a manutenção e que as diferentes realidades sejam desenvolvidas caracterizando o tema proposto.

#### 5. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.

ADEGAS, F.S.; HARGER, N. Projeto Grãos da EMATER-Paraná. In: DOMIT, L.A.; LIMA, D.de.; ADEGAS, F.S.; DALBOSCO, M.; GOMES, C.; OLIVEIRA, A.B. de.; CAMPANINI, S. M. S. **Manual de Implantação do Treino e Visita (T&V)**. Londrina: EMBRAPA Soja, 2007. p. 42-47.

AMORIM, L.S.B.; STADUTO, J.A.R. Desenvolvimento Territorial Rural: a agroindústria familiar no Oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**. São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, 2008.

ANATER. Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Histórico da ATER no Brasil**. Disponível em: <http://www.anater.org/historia-extensao-rural.jsp>. Acesso em 24 dez. 2019.

AZEVEDO, P.R.; COLOGNESE, S.A.; SHIKIDA, P.F.A. Agroindústrias Familiares no Oeste do Paraná: um panorama preliminar. **Organizações Rurais e Agroindústrias**. Lavras, v. 2, n. 1, p. 3-10, 2000.

BALDISSERA, A. Pesquisa-Ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, 2001.

BARBOSA, Y. R. S. Mulheres Camponesas de Santa Catarina: semeando organização, Agroecologia e feminismo. **Agriculturas**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 20-25, 2015.

BETTA, B.M.D. Agricultura familiar agroecológica e os desafios da extensão rural no Oeste Catarinense. Florianópolis, 2015. 81f. **Monografia** (graduação em agronomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BIOLABORE. **Notícias**. Santa Helena: Assessoria. Disponível em: <http://biolabore.org/site/noticias.html>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Câmara dos Deputados: Brasília, DF, Seção 1, 2010. p 1.

BROT FÜR DIE WELT. **Pão para o Mundo**: Quem somos. 2017. Disponível em: <https://www.brot-fuer-die-welt.de/pt/pao-para-o-mundo/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

CAPORAL, F.R. **Bases para uma nova ATER pública**. Santa Maria: EMATER, 2003. 16p. Disponível em: [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Bases+para+uma+nova+ATER+publica\\_000fcupm04h02wx5eo0a2ndxy5ggjffq.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/Bases+para+uma+nova+ATER+publica_000fcupm04h02wx5eo0a2ndxy5ggjffq.pdf). Acesso em: 24 jun. 2019.

CAPORAL, F.R. Política Nacional de Ater: Primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. p. 9-34.

CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA. **O CAPA**: Histórico – Marechal C. Rondon. 2017. Disponível em: <http://capa.org.br/page/historico-marechal-c-rondon/>. Acesso em: 24 dez. 2019.

CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA. **O CAPA**: Apresentação. 2017. Disponível em: <http://www.capa.org.br/page/apresentacao/>. Acesso em: 23 jun. 2019.

CORBARI, F.; GREGOLIN, M.R.P.; MATTIA, V.; ZONIN, W.J. Extensão Universitária e Capacitação em Inclusão Digital para Cooperativas da Agricultura Familiar no Oeste Paranaense. **Vivências**, Erechim, v. 13, n. 24, p. 205-216, 2017.

DAMBRÓS, O.; CAPORAL, F.R.; PADILLA, M.C. A Nova Ater e a formação de redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no estado do Paraná, Brasil. **Extramuros – Revista de Extensão da UNIVASF**, Petrolina, v. 3, n. 3, p. 1-15, 2015.

DINIZ, R.F.; HESPANHOL, A.N. Reestruturação, reorientação e renovação do serviço extensionista no Brasil: a (difícil) implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 7-30, abr./jun., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/33174/pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.

EMATER. **Mal. Cândido Rondon**: Emater e Unioeste fazem parceria para divulgar boas práticas na agricultura. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2016. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4865>. Acesso em: 16 jun. 2019.

EMATER. **Histórico da extensão rural oficial**: Uma história de compromisso com a agricultura do Paraná. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2017. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>. Acesso em: 24 dez. 2019.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. 150 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

INTYRE, I.P.M. O grande desafio da educação empreendedora cooperativa. In: TAVARES, J.R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. p. 81-84.

ITAIPIU BINACIONAL. **Cultivando Água Boa**: Sobre o Programa – Um movimento pela Sustentabilidade. 2015. Disponível em: <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/sobre-o-programa>. Acesso em: 16 jun. 2017.

JONES, G.E; GARFORTH, C. The history, development, and future of agricultural extension. In: SWANSON, B.E; BENTZ, R.P; SOFRANKO, A.J. **Improving**

**Agricultural Extension:** a reference manual. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2007.

KAWA, G.; NIEDERMAYER, N.R. Ações socioambientais em defesa dos direitos dos povos indígenas: a comunidade indígena Tekoha Yhovy localizada no município de Guaíra- PR. *In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS*, 6., 2014, Toledo, PR. **Anais...** Toledo: Unioeste, 2014.

LABORATÓRIO E GRUPO DE PESQUISA DE GEOGRAFIA DE LUTAS NO CAMPO E NA CIDADE. **GEOLUTAS**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2007. Disponível em: <http://www.unioeste.br/projetos/geolutas/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

MACAGNAN, Z. S.; GRABASKI, C.N.; CAMPOS, F. do R.; SOUZA, G.; FOLLADOR, F.A.C. Avaliação de performance do Programa Fábrica do Agricultor em Francisco Beltrão, PR. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA*, 20., 2009, Fortaleza, CE. **Anais...** Fortaleza: UFC, 2009. p. 1-10.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE LEITE – NEPAL. **Projeto NEPAL**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2015. Disponível em: <https://projetonepalblog.wordpress.com/>. Acesso em: 24 jun. 2019.

NICHELE, F.S.; WAQUIL, P.D. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n 12, p. 2230-2235, 2011.

OLIVEIRA, T.M.V. de. Amostragem não probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Administração online**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 1-15, 2001.

PARANÁ (Estado). Decreto nº 4.966 de 29 de agosto de 2016. Institui o Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 2016.

PARANÁ (Estado). Lei nº 17.447 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER-PR) e o Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER-PR). **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, nº 8.866, 2012.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. **Textos para discussão 48**. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. 50 p.

PEZENTI, J.L.; BERTOLINI, G.R.F. Programa Estadual Fábrica do Agricultor: uma avaliação dos resultados. *In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS DE CASCAVEL*, 10., 2011, Cascavel, PR. **Anais...** Cascavel: Unioeste, 2011. p. 1-7.

PRIMO JUNIOR, J.F.; DIAS, W.J.V.; FONTES, I.L.; SANTOS, R.A. **Assistência técnica e extensão rural**: novos caminhos para o desenvolvimento rural sustentável. Salvador: SEAGRI, v. 9, n. 2, p. 68-71, 2015.

RIOS, G.L.; PEREIRA, R. de O. Assistência Técnica e Extensão Rural: contribuições para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar. *In*: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 9, 2011, Brasília, DF. **Anais...** Brasília: ECOECO, 2011. p. 1-13.

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 117p.

SEAD. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Mais Gestão**: Sobre o programa. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-maisgestao/sobre-o-programa>. Acesso em: 23 out. 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRANO, R.M.S.M. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Disponível em: [https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/1%20Universidade%20e%20Sociedade/US%2013\\_Texto%201%20Serrano\\_Conceitos%20de%20extensao%20universitaria.pdf](https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/1%20Universidade%20e%20Sociedade/US%2013_Texto%201%20Serrano_Conceitos%20de%20extensao%20universitaria.pdf). Acesso em: 24 jun. 2019.

VENTURA, M.M.O. Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.